

FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

2.º Ano – Turma B

Frequência – 19 de Janeiro de 2009

Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Tópicos de correcção

I

1. Artigos relevantes da Constituição Portuguesa:

- 134.º, al. a) / 135.º, al. b)
- 197.º, al. b)
- 201.º, n.º 1, al. c) / 182.º / 111.º, n.º 1
- 135.º, al. b) / 161.º, al. i)
- 115.º, n.º 1

A competência para negociar convenções internacionais é exclusiva do Governo. Este deve, contudo, manter o Presidente da República informado, em especial quando se trata de matérias que integram a esfera de competência própria do Chefe de Estado. O Presidente da República pode decidir a convocação de referendo e pode, independentemente da realização de referendo, recusar a ratificação do tratado.

2. Convenção internacional cuja entrada em vigor ocorre por efeito da mera assinatura do representante do Estado (v. artigos 12.º, n.º 1 e 24.º da Convenção de Viena). A Constituição Portuguesa não permite esta solução flexível (v. artigo 8.º, n.º 2).

3. Trata-se de uma relação de parcial coincidência: todas as normas garantidoras de direitos do homem inerentes à protecção dos valores constitutivos da dignidade da pessoa humana (v.g. direito à vida; proibição da tortura; direito à liberdade; proibição da escravatura) devem ser consideradas manifestações de *ius cogens*. O direito cogente como parte fundamental da normatividade jusinternacionalista não se esgota, contudo, na protecção de direitos individuais, porque se estende também à relação entre Estados (v.g. proibição do uso da força; respeito pelo princípio da boa fé e da proporcionalidade).

II

- Noção e origem histórica de soberania.
- Papel dos Estados como sujeitos de Direito Internacional: em especial, a sua responsabilidade na manutenção da ordem na comunidade internacional.
- Noção de fontes no DIP. Artigo 38.º do Estatuto do TIJ.
- O costume como fonte de DIP. Elemento material e elemento psicológico. Tipos de costume.
- Soberania do Estado e fundamento jurídico do costume.
- O futuro do costume no DIP do século XXI, marcado pela institucionalização das relações internacionais e pela crescente limitação da vontade soberana dos Estados.
- O futuro do costume na sua relação com o tratado e com os princípios gerais de direito: exclusão ou complementariedade?